

Demonstrações Financeiras

Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
5. CLIENTES.....	14
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
7. INVESTIMENTOS.....	17
8. IMOBILIZADO.....	25
9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	26
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	29
11. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	29
12. PROVISÕES.....	29
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
14. RECEITA.....	31
15. DESPESAS OPERACIONAIS.....	31
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	32
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	33
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	34
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$175.033 mil (R\$102.153 mil em 2021), representado por 175.032.992 ações (102.152.902 ações em 2021) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado em 2022 de R\$11.131 mil (R\$7.208 mil em 2021). Destaca-se, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o aumento com ganhos de equivalência patrimonial, no montante de R\$19.519 mil (R\$14.336 mil em 2021).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou créditos referentes a imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$4.076 mil, em relação ao resultado de R\$7.393 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2021, a Companhia apurou crédito com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.812 mil, em relação ao resultado de R\$4.396 mil antes dos efeitos fiscais.

As alíquotas de imposto de renda e contribuição social foram 15% e 9%, respectivamente.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi positivo em R\$6.426 mil (R\$4.851 mil positivo em 2021) e a margem do LAJIDA foi positiva em 132,47% no mesmo período (80,35% positiva no exercício de 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var.
Resultado líquido	11.469	7.208	159,11
Despesas (Créditos) com imposto de renda e contribuição social	(4.076)	(2.812)	144,95
Resultado financeiro	528	287	314,29
Depreciação e amortização	(1.495)	168	(520,91)
LAJIDA	6.426	4.851	132,47

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$11.469 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$573 mil para constituição de reserva legal;
- R\$5.448 para constituição de reserva especial, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da empresa o permitir; e
- R\$5.448 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Sim manifesta seu agradecimento ao Governador do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria e ao Conselho de Administração do acionista controlador e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.315	474
Títulos e valores mobiliários	4	6.317	6.833
Clientes	5	591	786
Tributos compensáveis		701	566
TOTAL DO CIRCULANTE		8.924	8.659
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	24	1.405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	8.269	4.191
Tributos compensáveis		156	416
Investimentos	7	163.615	98.840
Imobilizado	8	17.069	292
Direito de uso	9	17.644	3.119
Outros créditos		107	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		206.884	108.263
ATIVO TOTAL		215.808	116.922

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		821	437
Impostos, taxas e contribuições	10	682	562
Dividendos a pagar		-	3.654
Salários e contribuições sociais	11	417	987
Passivo de arrendamento	9	1.401	401
Outros passivos	7	4.063	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.384	6.041
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamento	9	16.599	2.871
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.599	2.871
TOTAL DO PASSIVO		23.983	8.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		175.033	102.153
Reservas de lucros		16.792	5.857
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		191.825	108.010
PASSIVO TOTAL		215.808	116.922

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	14	6.553	6.037
CUSTOS OPERACIONAIS			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(507)	-
		(507)	-
LUCRO BRUTO		6.046	6.037
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Despesas gerais e administrativas		(20.095)	(15.515)
Outras despesas operacionais		(309)	(175)
		(20.404)	(15.690)
Resultado de equivalência patrimonial	7	19.519	14.336
Ganhos com compra vantajosa	7	737	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.898	4.683
Receitas financeiras	16	1.914	433
Despesas financeiras	16	(419)	(720)
		1.495	(287)
Resultado antes dos impostos		7.393	4.396
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	4.076	2.812
RESULTADO DO EXERCÍCIO		11.469	7.208

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.469	7.208
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	11.469	7.208

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucro		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	89.595	297	1.776	-	91.668
Aumento de capital	12.558	-	-	-	12.558
Resultado do exercício	-	-	-	7.208	7.208
Reserva legal	-	360	-	(360)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(3.424)	(3.424)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.424	(3.424)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	102.153	657	5.200	-	108.010
Aumento de capital	72.880	-	-	-	72.880
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(534)	-	(534)
Resultado do exercício	-	-	-	11.469	11.469
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	573	-	(573)	-
Reserva especial	-	-	5.448	(5.448)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.448	(5.448)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	175.033	1.230	15.562	-	191.825

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	11.469	7.208
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.076)	(2.812)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.519)	(14.336)
Depreciação (Nota 8)	53	19
Amortização direito de uso (Nota 9)	485	160
Juros passivo de arrendamento (Nota 16)	937	479
	(10.651)	(9.282)
(Aumento) Redução de ativos		
Clientes	195	152
Tributos compensáveis	125	390
Dividendos recebidos	16.177	12.351
Outros créditos	(110)	-
	16.387	12.893
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	384	(120)
Impostos, taxas e contribuições	120	151
Passivo de arrendamento	14.911	-
Salários e contribuições sociais	(570)	270
Outras obrigações	4.063	(3.471)
	18.908	(3.170)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.644	441
Juros pagos	(177)	(26)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.467	415
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(69.173)	(12.558)
Títulos e valores mobiliários	1.897	(5.580)
Aquisição de Imobilizado	(16.830)	(237)
Arrendamento mercantil - Direito de uso	(15.010)	(3.279)
Restituição de capital (Nota 7)	7.740	5.880
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(91.376)	(15.774)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	72.880	12.558
Arrendamento mercantil - Passivo de arrendamento		
Dividendos pagos	(4.187)	(782)
Juros de arrendamentos pagos	(943)	(460)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	67.750	11.316
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	841	(4.043)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	474	4.517
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.315	474
	841	(4.043)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, foi constituída em 9 de janeiro de 2002 e está sediada em Belo Horizonte/MG.

A Cemig Sim atua na prestação de serviços de geração distribuída, oferecendo, ainda, soluções em eficiência energética, armazenamento de energia e mobilidade elétrica, e tem por principais objetivos: (i) implantar, instalar, operar, manter e locar empreendimentos e equipamentos de micro e mini geração distribuídas, bem como captar e/ou gerir comercialmente os clientes desse segmento; (ii) formatar negócios, desenvolver soluções associadas à eficiência energética e à micro e minigeração distribuídas; (iii) prestar consultoria, assessoria técnica, serviços de engenharia e desenvolver estudos de instalação e locação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída e de adesão de consumidores ao sistema de compensação de energia elétrica, compreendendo análise de viabilidade técnica, regulatória e econômica; (iv) desenvolver negócios, exercer atividades e prestar serviços correlatos, vinculados ou necessários, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, relacionados à consecução de seu objeto social; (v) prestar serviços de eficiência e soluções energéticas, construção, modernização e repotenciação através da elaboração de estudos e execução de projetos de engenharia, para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, usinas termelétricas, usinas eólicas e outros empreendimentos; (vi) realizar gestão energética e de centrais de utilidades nas suas mais variadas formas, incluindo o suprimento energético e a prestação de serviços correlatos; (vii) prestar serviços de automação e medição para otimização energética e controle de processos; (viii) gerir contratos de compra e venda de energéticos (energia elétrica, combustíveis, insumos e subprodutos energéticos, dentre outros) e de utilidades (tais como, gases de processo, ar comprimido, vácuo, água industrial); (ix) realizar estudos para melhoria de confiabilidade de fornecimento de energia no uso final; (x) prestar serviços de comissionamento, operação e manutenção em instalações de suprimento e uso de energia e de utilidades; (xi) elaborar projetos dentro de sua área de atuação para viabilizar a obtenção de financiamentos pelos clientes junto a instituições financeiras; (xii) prestar serviços de consultoria e treinamentos relativos a sistemas de energia, gestão ambiental, segurança e da qualidade; (xiii) intermediar operações de compra e venda de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos; (xiv) desenvolver, oferecer e operar serviços de arrecadação de convênios, faturas de terceiros ou valores por meio da fatura de energia

elétrica; (xv) prestar serviços de gestão de iluminação pública, convencionais ou inteligentes; (xvi) desenvolver negócios envolvendo tecnologias e inovação na área de energia.

A Companhia possui participação societária nos seguintes empreendimentos, cujo principal objetivo é a geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

Investimentos	Potência total (MWp) (Não auditado)	Participação societária Cemig SIM	Parceira nos investimentos conjuntos
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Janaúba"	5,20	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Corinto"	5,28	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Manga"	6,34	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Bonfinópolis"	3,45	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Lagoa Grande"	7,33	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Lontra"	6,38	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Mato Verde"	3,23	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Mirabela"	2,59	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Porteirinha I"	3,23	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Porteirinha II"	3,23	49%	Mori Energia Holding S.A.
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. "UFV Brasilândia"	7,35	49%	Mori Energia Holding S.A.
Apolo 1 SPE Empreendimentos e Energia S.A. "UFV Apolo I"	2,75	49%	Apolo Empreendimentos e Energia Ltda.
G2 Olaria 1 Energia S.A. "UFV Olaria I"	3,25	49%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. "UFV Campo Lindo I"	3,25	49%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
G2 Campo Lindo 2 Energia S.A. "UFV Campo Lindo II"	3,25	49%	G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Fazenda Prudente SPE LTDA "UFV Fazenda Prudente"	6,46	100%	-

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os

pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 21 de setembro de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 6 – Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 7 – Investimentos
- Nota 8 – Imobilizado e vida úteis de ativos
- Nota 9 – Arrendamentos
- Nota 12 – Provisões

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do CPC 25 ou ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. Além dos ajustes de classificação informados anteriormente, a Companhia efetuou também ajustes de classificação nas rubricas de arrendamento mercantil em sua demonstração de Fluxo de Caixa. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

2.9. Isenção relativa à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia fazendo uso da isenção prevista no CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas, optou em não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas em conjunto com suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, a controladora final Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig” ou “grupo”), emitiu em 24 de março de 2023 o conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	250	149
Aplicações financeiras		
<i>Overnight</i>	1.065	325
	1.315	474

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que, em 2022, variou entre 13,62% e 13,64% (8,87% e 9,14% em 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de

valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	694	400
Letras Financeiras – Bancos	4.131	5.644
Letras Financeiras do Tesouro	1.456	710
Debêntures	36	79
	6.317	6.833
Não circulante		
Letras Financeiras – Bancos	-	1.386
Debêntures	24	19
	24	1.405
	6.341	8.238

Os Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”) que, em 2022, variou de 103% a 104,4% (107,24% do CDI em 2021, conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (“LFs”) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do CDI. As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre 103,3% e 110,26% em 2022 (105% e 130% do CDI em 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (“LFTs”) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre TR + 1% a 114,29% do CDI em 2022 e 2021.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
		Mais de 360 dias	2022	2021
Clientes	531	7.148	7.679	7.874
PECLD	-	(7.088)	(7.088)	(7.088)
Total	531	60	591	786

A Companhia constituiu provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD para absorver eventuais perdas na realização das contas a receber. A Companhia busca judicialmente a recuperação dos valores vencidos para os quais foram constituídas as provisões para perdas.

O montante da dívida foi atualizado conforme cláusulas contratuais e os valores das prestações foram calculados segundo as regras do comitê de crédito de sua controladora.

Prática contábil

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	714	674
Contribuição social	143	308
	857	982
Circulante	701	566
Não circulante	156	416

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	6.068	3.077
Contribuição social	2.201	1.114
	8.269	4.191

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.393	1.969
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal		669
Perda (Ganho) equivalência patrimonial	(19.926)	(3.501)
Gratificação administradores	92	13
Amortização mais-valia	435	-
Compra Vantajosa	(737)	-
Arrendamento	435	7
Amortização menos-valia	(71)	-
Imposto de renda e contribuição social – (Crédito) Despesa efetiva	(4.076)	(2.812)
Alíquota efetiva	(55,12%)	(143%)
Diferido	4.076	2.812

Prática contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

7. INVESTIMENTOS

Investidas	2022	2021
Controladas em conjunto		
UFV Janaúba	3.422	2.698
UFV Corinto	8.441	9.259
UFV Manga	10.799	11.294
UFV Bonfinópolis II	6.409	6.432
UFV Lagoa Grande	14.141	14.891
UFV Lontra	17.526	17.823
UFV Mato Verde	6.123	6.130
UFV Mirabela	4.200	4.058
UFV Porteirinha I	4.739	5.318
UFV Porteirinha II	6.604	6.384
UFV Brasilândia	14.176	14.553
UFV Apolo I	5.489	-
UFV Campo Lindo I	6.457	-
UFV Campo Lindo II	6.734	-
UFV Olaria I	6.793	-
UFV Fazenda Prudente	41.562	-
Total do investimento	163.615	98.840

Em 07 de abril de 2022, a Companhia celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e outras avenças (CCVAs) para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2”) e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda. (“Apolo”).

As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas localizadas em Lavras-MG, que operam na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência. As Usinas, atenderão, em conjunto, clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão.

Em 4 de agosto de 2022, foi concluída a aquisição da participação societária de 4 SPEs objeto dos CCVAs, diante da implementação de todas as condições suspensivas para tanto, conforme tabela abaixo:

	Usina	Potência (MWp) (1)	Patrimônio Líquido na data da aquisição	Preço de aquisição ajustado	Retenção
UFV OLARIA I	Olaria 1	3,25	13.991	7.047	(1.057)
UFV CAMPO LINDO I	Campo Lindo 1	3,25	14.475	7.067	(1.060)
UFV CAMPO LINDO II	Campo Lindo 2	3,25	14.226	7.046	(1.057)
UFV APOLO I	Apolo 1	2,75	9.389	5.925	(889)
UFV OLARIA II	Olaria 2	3,25	-	-	-
UFV APOLO II	Apolo 2	2,75	-	-	-
Total		18,5	52.081	27.085	(4.063)

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O valor da aquisição corresponde a R\$27.085, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$23.022. O restante, no valor de R\$4.063, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Companhia, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Companhia, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato.

Abaixo, segue resumo da operação de aquisição de participação societária:

Em milhares de reais	G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.	APOLO 1 SPE EMPREENDEIMENTOS E ENERGIA S/A
Valor do patrimônio líquido (49%)	6.856	7.093	6.971	4.601
Ágio/deságio dos ativos líquidos da investida (49%)	191	(26)	75	1.324
Valor total da contraprestação paga por 49% de participação	7.047	7.067	7.046	5.925

Em 13 de janeiro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de 49% da participação societária na Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A.. O valor da aquisição corresponde a R\$5.759, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$4.895. O restante, no valor de R\$864, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Companhia, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Companhia, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato. As condições precedentes para o fechamento da operação foram devidamente satisfeitas.

O fechamento da operação de aquisição de participação societária na SPE Olaria 2 depende da implementação das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações, sendo o montante estimado para tanto de R\$6.530, sujeito aos mecanismos de ajustes de preço previstos no referido contrato.

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs

Em 29 de junho de 2022, a Cemig controladora da Companhia aprovou a aquisição de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras das usinas fotovoltaicas listadas abaixo. As usinas, localizadas em Minas Gerais, encontram-se em fase de construção, sendo que o fechamento da operação, além de estar sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais neste tipo de transação, se dará somente após a entrada em operação das usinas.

O valor estimado da operação é de aproximadamente R\$100.000, conforme tabela abaixo:

	Potência (MWp) (2)	Valor estimado da operação	Previsão de entrada em operação
UFV Prudente de Moraes (1)	6,46	41.000	07/2022
UFV Montes Claros (1)	3,2	20.000	04/2023
UFV Jequitibá	6,25	39.000	08/2023
Total	16,21	100.000	

- (1) A Ufv Prudente de Moraes teve sua operação iniciada em 2022 e a Ufv Montes Claros em abril de 2023
(2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 7 de setembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na Ufv Prudente de Moraes. Houve a aprovação do CADE e a conclusão de *due diligence*, condições precedentes usuais neste tipo de transação.

Abaixo, segue resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Em milhares de reais	UFV Prudente de Moraes
Valor do patrimônio líquido da UFV Prudente	35.100
Mais valia dos ativos líquidos da investida	6.988
Valor justo dos ativos líquidos	42.088
Compra vantajosa, reconhecida no resultado de setembro de 2022	737
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na UFV Prudente de Moraes	41.351

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	132	Circulante	270
Caixa e equivalentes de caixa	84	Outros passivos circulantes	270
Outros ativos circulantes	48		
		Não circulante	4.858
Não circulante	47.084	Outros passivos não circulantes	4.858
Ativo imobilizado	35.006		
Direito de uso – arrendamentos	5.090		
Ativo intangível – Direito de exploração	6.988		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	42.088

UFV Montes Claros

Em 28 de abril de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na UFV Montes Claros. Houve a aprovação do CADE e a conclusão de *due diligence*, condições precedentes usuais neste tipo de transação.

Abaixo, segue resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Em milhares de reais	UFV Montes Claros
Valor do patrimônio líquido da UFV Montes Claros	19.749
Mais valia dos ativos líquidos da investida	1.571
Valor justo dos ativos líquidos	21.320
Compra vantajosa, reconhecida no resultado	1.193
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na UFV Montes Claros	20.127

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	72	Circulante	352
Contas a receber	35	Outros passivos circulantes	352
Outros ativos circulantes	37		
		Não circulante	4.416
Não circulante	26.016	Outros passivos não circulantes	4.416
Ativo imobilizado	20.320		
Ativo intangível	5,696		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	21.320

Para a Companhia, as aquisições ampliarão sua participação no mercado de geração de energia elétrica, elevando seu nível de geração e garantindo o abastecimento energético aos consumidores de forma eficiente, em razão da expertise nesse mercado.

Aquisição de participação societária em Sociedades de Propósito Específico - SPE

Em 20 de julho de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição dos 51% restante das participações societárias detidas nas SPEs: (i) G2 Olaria 1 Energia S.A., (ii) G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. e (iii) G2 Campo Lindo 2 Energia S.A., passando a ser detentora de 100% das ações das mencionadas Sociedades, bem como a aquisição de 100% das ações na SPE G2

Olaria 2 Energia S.A.. O valor da aquisição é de R\$47,4 milhões. A análise preliminar de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos não estão disponíveis até a emissão desta publicação.

As 4 SPEs são detentoras de 4 usinas fotovoltaicas, com 13 MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, localizadas na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Essa transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento no mercado de Geração Distribuída com participação integral nas usinas sob sua gestão exclusivamente no Estado de Minas Gerais.

A movimentação dos investimentos da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentada a seguir:

Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aportes/Aquisições	Redução do capital social	31/12/2022
UFV Janaúba	2.698	1.522	(798)	-	-	3.422
UFV Corinto	9.259	1.937	(1.726)	-	(1.029)	8.441
UFV Manga	11.294	2.538	(2.085)	-	(948)	10.799
UFV Bonfinópolis II	6.432	1.257	(595)	-	(685)	6.409
UFV Lagoa Grande	14.891	2.672	(2.211)	-	(1.211)	14.141
UFV Lontra	17.823	3.577	(2.644)	-	(1.230)	17.526
UFV Mato Verde	6.130	1.272	(872)	-	(407)	6.123
UFV Mirabela	4.058	1.070	(575)	-	(353)	4.200
UFV Porteirinha I	5.318	1.161	(932)	-	(808)	4.739
UFV Porteirinha II	6.384	1.238	(870)	-	(148)	6.604
UFV Brasilândia	14.553	2.751	(2.207)	-	(921)	14.176
UFV Apolo I	-	(333)	(103)	5.925	-	5.490
UFV Campo Lindo I	-	(284)	(326)	7.067	-	6.457
UFV Campo Lindo II	-	(222)	(90)	7.046	-	6.734
UFV Olaria I	-	(111)	(143)	7.047	-	6.793
UFV Fazenda Prudente	-	(526)	-	42.088	-	41.562
Total do Investimento	98.840	19.519	(16.177)	69.173	(7.740)	163.615

Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aportes/Aquisições	Redução do capital social	31/12/2021
UFV Janaúba	9.679	512	(1.613)	-	(5.880)	2.698
UFV Corinto	9.184	1.492	(1.417)	-	-	9.259
UFV Manga	11.049	2.075	(1.830)	-	-	11.294
UFV Bonfinópolis II	6.080	702	(350)	-	-	6.432
UFV Lagoa Grande	14.826	1.980	(1.915)	-	-	14.891
UFV Lontra	16.999	1.244	(420)	-	-	17.823
UFV Mato Verde	6.078	794	(742)	-	-	6.130
UFV Mirabela	3.945	663	(550)	-	-	4.058
UFV Porteirinha I	5.047	794	(523)	-	-	5.318
UFV Porteirinha II	6.320	777	(713)	-	-	6.384
UFV Brasilândia	-	3.303	(1.308)	12.558	-	14.553
Total do investimento	89.207	14.336	(11.381)	12.558	(5.880)	98.840

O capital social e o patrimônio líquido total dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é assim constituído:

Investidas	2022	2021
------------	------	------

	Quantidade de ações	Capital social	Patrimônio líquido	Capital social	Patrimônio líquido
UFV Janaúba	18.509.900	6.510	6.983	6.510	6.787
UFV Corinto	18.000.000	15.900	17.224	18.000	18.892
UFV Manga	21.235.933	19.300	21.188	21.236	22.155
UFV Bonfinópolis II	13.197.187	11.800	13.174	13.198	13.235
UFV Lagoa Grande	25.471.844	23.000	24.917	25.472	26.249
UFV Lontra	29.010.219	26.500	29.134	29.011	29.405
UFV Mato Verde	11.030.391	10.200	11.381	11.030	11.337
UFV Mirabela	9.320.875	8.600	9.682	9.321	9.450
UFV Porteirinha I	12.348.392	10.700	11.331	12.348	12.596
UFV Porteirinha II	11.702.733	11.400	12.405	11.703	11.902
UFV Brasilândia	25.629.900	24.000	26.002	25.879	26.624
UFV Apolo 1	8.258.979	8.259	8.500	-	-
UFV Campo Lindo 1	13.323.844	13.234	13.231	-	-
UFV Campo Lindo 2	13.323.844	13.234	13.590	-	-
UFV Olaria 1	13.323.844	13.234	13.472	-	-
UFV Prudente	35.050.000	35.050	34.645	-	-

A redução de capital ocorrida no período não modificou a quantidade de ações.

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2022, são apresentadas a seguir:

2022	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	3.800	1.587	2.442	1.721	3.016	3.615
Caixa e equivalentes de caixa	2.954	694	948	792	1.434	1.896
Não circulante	17.553	16.722	20.020	12.488	23.396	27.070
Total do ativo	21.353	18.309	22.462	14.209	26.412	30.685
Passivo						
Circulante	1.908	277	330	495	364	674
Empréstimos e financiamentos	1.742	-	-	25	-	-
Não circulante	12.462	808	944	540	1.131	877
Empréstimos e financiamentos	11.178	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	6.983	17.224	21.188	13.174	24.917	29.134
Total do passivo e patrimônio líquido	21.353	18.309	22.462	14.209	26.412	30.685
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	5.980	7.343	-	7.901	10.333
Custos operacionais	4.628	(1.089)	(1.119)	(779)	(1.226)	(1.351)
Depreciação e amortização	(1.111)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	4.628	4.891	6.224	(779)	6.675	8.982
Despesas gerais e administrativas	-	(82)	(61)	(76)	(91)	(84)
Receitas financeiras	198	12	37	577	32	80
Despesas financeiras	(1.007)	(210)	(158)	(215)	(85)	(171)
Resultado operacional	3.819	4.611	6.042	(493)	6.531	8.807
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(714)	(655)	(819)	3.053	(879)	(1.170)
Resultado líquido do exercício	3.105	3.956	5.223	2.560	5.652	7.637
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	3.105	3.956	5.223	2.560	5.652	7.637
Resultado abrangente do exercício	3.105	3.956	5.223	2.560	5.652	7.637

2022	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	1.191	1.076	1.043	1.533	3.100
Caixa e equivalentes de caixa	557	470	288	749	1.543
Não circulante	10.851	9.269	11.625	11.778	27.616
Total do ativo	12.042	10.345	12.668	13.311	30.716
Passivo					
Circulante	208	259	159	183	3.596
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	453	404	1.178	723	1.118
Empréstimos e financiamentos	-	29	676	198	2.770
Patrimônio líquido	11.381	9.682	11.331	12.405	26.002
Total do passivo e patrimônio líquido	12.042	10.345	12.668	13.311	30.716
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	4.006	3.026	3.758	3.946	7.826
Custos operacionais	(749)	(635)	(813)	(795)	(1.642)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	3.257	2.391	2.945	3.151	6.184
Despesas gerais e administrativas	(63)	(57)	(73)	(74)	(113)
Receitas financeiras	54	309	25	19	945
Despesas financeiras	(148)	(94)	(202)	(87)	(75)
Resultado operacional	3.100	2.549	2.695	3.009	6.941
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(447)	(422)	(409)	(427)	(1.180)
Resultado líquido do exercício	2.653	2.127	2.286	2.582	5.761
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	2.653	2.127	2.286	2.582	5.761
Resultado abrangente do exercício	2.653	2.127	2.286	2.582	5.761

2022	UFV Apolo 1	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1
Ativo				
Circulante	703	676	1.058	942
Caixa e equivalentes de caixa	206	484	653	610
Não circulante	8.298	13.250	13.218	13.293
Total do ativo	9.001	13.926	14.276	14.235
Passivo				
Circulante	98	132	123	171
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Não circulante	403	563	563	592
Empréstimos e financiamentos	403	563	563	563
Patrimônio líquido	8.500	13.231	13.590	13.472
Total do passivo e patrimônio líquido	9.001	13.926	14.276	14.235
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	2.379	2.711	2.373	2.086
Custos operacionais	(546)	(755)	(755)	(761)
Depreciação e amortização	(349)	(558)	(558)	(558)
Lucro (prejuízo) bruto	1.833	1.956	1.618	1.325
Despesas gerais e administrativas	(111)	(115)	(109)	(107)
Receitas financeiras	3	9	6	5
Despesas financeiras	(3)	(4)	(3)	(2)
Resultado operacional	1.722	1.846	1.512	1.221
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(250)	(288)	(249)	(215)
Resultado líquido do exercício	1.472	1.558	1.263	1.006
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	1.472	1.558	1.263	1.006
Resultado abrangente do exercício	1.472	1.558	1.263	1.006

Os principais saldos, em 31 de dezembro de 2021, dos empreendimentos controlados em conjunto, são os seguintes:

2021	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	2.468	2.963	2.767	2.417	3.275	4.183
Caixa e equivalentes de caixa	1.173	2.485	2.272	1.790	2.792	3.007
Não circulante	18.315	16.985	20.280	11.770	23.982	27.022
Imobilizado	17.926	16.888	20.107	11.770	23.887	26.946
Total do ativo	20.783	19.948	23.047	14.187	27.257	31.205
Passivo						
Circulante	1.804	610	371	650	344	1.268
Empréstimos e financiamentos	1.594	-	-	-	-	-
Não circulante	12.192	446	521	302	664	532
Empréstimos e financiamentos	11.349	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	6.787	18.892	22.155	13.235	26.249	29.405
Total do passivo	20.783	19.948	23.047	14.187	27.257	31.205
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	4.591	4.581	6.042	2.509	6.088	5.036
Custos operacionais	(1.607)	(698)	(848)	(519)	(1.007)	(1.009)
Depreciação e amortização	(1.607)	(698)	(848)	(519)	(1.007)	(1.009)
Lucro bruto	2.984	3.883	5.194	1.990	5.081	4.027
Despesas gerais e administrativas	(623)	(266)	(222)	(301)	(156)	(203)
Receitas financeiras	20	-	18	-	-	-
Despesas financeiras	(833)	(82)	(36)	(3)	(7)	(381)
Resultado operacional	1.548	3.535	4.954	1.686	4.918	3.443
Imposto de renda e contribuição social	(503)	(493)	(664)	(259)	(663)	(545)
Resultado líquido do exercício	1.045	3.042	4.290	1.427	4.255	2.898
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	1.045	3.042	4.290	1.427	4.255	2.898
Resultado abrangente do exercício	1.045	3.042	4.290	1.427	4.255	2.898

2021	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	1.386	1.105	2.484	908	2.976
Caixa e equivalentes de caixa	992	879	1.977	397	2.303
Não circulante	11.006	9.453	11.761	11.925	28.378
Imobilizado	10.975	9.450	11.758	11.530	28.128
Total do ativo	12.392	10.558	14.245	12.833	31.354
Passivo					
Circulante	772	879	1.364	633	4.097
Não circulante	283	229	285	298	633
Patrimônio líquido	11.337	9.450	12.596	11.902	26.624
Total do passivo	12.392	10.558	14.245	12.833	31.354
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	2.607	2.148	2.492	2.649	5.308
Custos operacionais	(449)	(386)	(482)	(469)	(1.115)
Depreciação e amortização	(449)	(386)	(482)	(469)	(1.115)
Lucro bruto	2.158	1.762	2.010	2.180	4.193
Despesas gerais e administrativas	(201)	(245)	(210)	(259)	(290)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4

Despesas financeiras	(2)	(7)	(13)	(3)	(3)
Resultado operacional	1.955	1.510	1.787	1.918	3.904
Imposto de renda e contribuição social	(270)	(218)	(257)	(275)	(576)
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.643	3.328
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.643	3.328
Resultado abrangente do exercício	1.685	1.292	1.530	1.643	3.328

Prática contábil

A Companhia detém investimentos em empresas controladas em conjunto. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais-valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia adquire o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia contabiliza as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. A compra vantajosa representa a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações

societárias de não controladores.

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		645	(407)	239
Máquinas e equipamentos	15,46	539	(300)	239
Móveis e utensílios	6,25	106	(106)	-
Em curso		16.830	-	16.830
Máquinas e equipamentos		50	-	50
Total		17.475	(406)	17.069

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		407	(353)	54
Máquinas e equipamentos	13,47	301	(247)	54
Móveis e utensílios	6,25	106	(106)	-
Em curso		238	-	238
Máquinas e equipamentos		238	-	238
Total		645	(353)	292

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear por taxas que refletem a vida útil dos bens.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) + (B)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	407	-	-	239	646	239	(406)	240
Máquinas e equipamentos	301	-	-	239	540	239	(300)	240
Móveis e utensílios	106	-	-	-	106	-	(106)	-
Em curso	238	16.830	-	(239)	16.829	16.591	-	16.829
Total	645	16.830	-	-	17.475	16.830	(406)	17.069
		Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)		Adições Líquidas	Deprec. Acum.	

	Valor bruto em 31/12/2020				Valor bruto em 31/12/2021	= (A) + (B)		Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	406	-	-	-	407	-	(353)	54
Máquinas e equipamentos	300	-	-	-	301	-	(247)	54
Móveis e utensílios	106	-	-	-	106	-	(106)	-
Em curso	-	239	-	-	238	238	-	238
Total	406	239	-	-	645	238	(353)	292

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.119	-	3.119
Adição	3.007		3.007
Amortização	(160)		(160)
Remensuração	272		272
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.119	-	3.119
Adição	14.370	356	14.726
Amortização	(455)	(30)	(485)
Remensuração	284		284
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.318	326	17.644

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adição	3.007
Juros incorridos	479
Arrendamentos pagos	(460)
Juros sobre arrendamentos pagos	(26)
Remensuração	272
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.272
Adição	14.626
Juros incorridos	937
Arrendamentos pagos	(943)
Juros sobre arrendamentos pagos	(177)
Remensuração	285
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.000
Passivo circulante	1.401
Passivo não circulante	16.599

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do

arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
Circulante		
Pis/Pasep	6	8
Cofins	31	35
ISSQN	161	118
INSS	338	323
Outros	146	78
Total	682	562

11. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
Circulante		
Pessoal cedido	-	867
Previdência	336	87
Outros	81	33
	417	987

12. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$125 (R\$113 em 31 de dezembro de 2021) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$4.817 (R\$4.578 em 31 de dezembro de 2021) referente aos honorários sucumbenciais decorrentes de ação de natureza de relações com grandes consumidores.

Adicionalmente, em 2022 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$175.033 (R\$102.153 em 31 de dezembro de 2021), representado por 175.032.992 ações (102.152.902 em 31 de

dezembro de 2021) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

Aumento de capital

A Companhia recebeu aportes de capital no valor de R\$6.001 em 27 de abril de 2022, R\$4.267 em 09 de maio de 2022, R\$23.612 em 03 de agosto de 2022 R\$39.000 em 12 agosto de 2022 totalizando R\$72.880 realizados com emissão de 72.880.090 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação. Esses aportes foram destinados a suas atividades de investimento.

Em 13 de abril de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, na qual foi, dentre outros assuntos, aprovado o aumento de capital social no montante de R\$16.524.250, passando de R\$175.032.992 para R\$191.557.242,43, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 6 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a realização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Cemig Sim, no montante de até R\$45.000, com a finalidade de realização de investimentos.

A Cemig realizou adiantamentos para futuro aumento de capital em agosto de 2023, no montante total de R\$50.108, com a finalidade de realização de investimentos.

b) Reservas de lucros

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2022	2021
Reservas de lucros		
Reserva legal	1.230	657
Reserva de retenção de lucros	15.562	5.200
Total	16.792	5.857

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$573 de reserva legal em 2022 (R\$360 em 2021), correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva para investimentos

A reserva para investimentos refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$5.448, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$11.469 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$573 mil para constituição de reserva legal;
- R\$5.448 mil para constituição de reserva especial, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da empresa o permitir; e
- R\$5.448 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

14. RECEITA

	2022	2021
Faturamento bruto de serviços	7.436	6.841
Deduções à receita (a)	(883)	(804)
Total	6.553	6.037

a) Deduções à receita

	2022	2021
Cofins	568	520
Pasep	123	113
ISSQN	192	171
	883	804

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

15. DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Pessoal (a)	9.293	8.645
Materiais	141	126
Serviços de terceiros (b)	9.343	6.441
Arrendamentos e aluguéis	407	104

Tributos	383	31
Depreciação e amortização	528	168
Outras	309	175
	20.404	15.690

a) Pessoal

	2022	2021
Remuneração	6.532	6.666
Encargos	1.739	1.094
Previdência privada	671	739
Outros benefícios	351	146
	9.293	8.645

b) Serviços de terceiros

	2022	2021
Comunicação	19	50
Fretes e passagens	32	13
Hospedagem e alimentação	19	9
Publicações legais	18	40
Consultoria	432	494
Taxa de inscrição – Cursos externos	14	9
Auditoria externa	88	90
Reprografia	8	57
Mão de obra contratada temporária	4.789	3.003
Tecnologia da informação	3.365	2.475
Outros	560	201
	9.344	6.441

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações no mercado financeiro	1.944	295
Pasep/Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(93)	(21)
Variações monetárias	49	114
Outras receitas financeiras	14	45
Total de receitas financeiras	1.914	433
Despesas financeiras		
Variações monetárias	-	(149)
Juros passivo de arrendamento	(423)	(505)
Outras despesas financeiras	4	(66)
Total de despesas financeiras	(419)	(720)
Resultado financeiro	1.495	(287)

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(76)	-
Cemig Geração Camargos	109	-	-	-	109	-	-	-
Prestação de serviços (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Cemig Distribuição	-	85	-	-	-	452	-	-
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(34)	-
Cessão de pessoal								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	408	867	-	-	(3.771)	(4.231)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	3.654	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.065	324	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.316	6.834	-	-	92	33	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	24	1.405	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Referem-se a serviços de treinamento necessários para a implementação de projetos de eficiência energética;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS)

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig SIM aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,35% em 31 de dezembro de 2022 (0,39% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	3.903	3.560
Participação nos resultados	885	641
Previdência privada	383	739
Planos de saúde e odontológico	38	92
Seguro de vida	-	-
Total (1)	5.209	5.032

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Clientes		591	591	786	786
Títulos e valores mobiliários		907	907	4.324	4.324
		1.498	1.498	5.110	5.110
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.065	1.065	325	325
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2	694	694	400	400
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.284	3.284	2.804	2.804
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.456	1.456	710	710
		6.499	6.499	4.239	4.239
		7.997	7.997	9.349	9.349
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(821)	(821)	(437)	(437)
Passivo de arrendamento		(18.000)	(18.000)	(3.272)	(3.272)
		(18.821)	(18.821)	(3.709)	(3.709)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de

mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, considerando as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2022	2021
Ativos		
Equivalentes de caixa - Aplicações (Nota 3)	1.065	325
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	6.341	8.238
Ativo exposto	7.406	8.563

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	821	-	-	-	-	821
Passivo de arrendamento	142	284	1.280	6.791	30.889	39.386
TOTAL	963	284	1.280	6.791	30.889	40.207

Iuri Araújo de Mendonça
Diretor-Presidente

Pablo Rios
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim
Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de agosto de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias:

I- Examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

II- Examinaram a proposta da Diretoria para destinar o Lucro Líquido do exercício de 2022, no valor de R\$11.469 mil, que deveria ser distribuído da seguinte forma: R\$573 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente; R\$5.448 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$5.448 mil para constituição de reserva especial. Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig SIM, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$5.448 mil para constituição de reserva especial, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir; R\$5.448 mil para constituição de reserva para investimento. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

III- Examinaram o Orçamento de Capital, conforme documento em anexo, que é estimado em R\$1.013 milhões de reais, valor que será atendido por recursos aportados pela holding, além dos recursos da operação da própria Cemig SIM, incluindo R\$11,5 milhões referentes à Reserva Especial e à Retenção de lucros do exercício de 2022. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.